

GT 6. Revoluções na América Latina e dilemas do socialismo

O projeto de reforma agrária popular do MST e o socialismo

Elaine Nunes Silva Fernandes*
Wanda Griep Hirai*

Resumo: O artigo objetiva apresentar elementos sobre a relação do projeto de reforma agrária defendido pelo MST e a sociedade socialista. Para o movimento a reforma agrária popular representaria a fase de mobilização e organização política da esquerda em torno de um projeto emancipatório. No entendimento do MST a conquista da terra provocaria na classe trabalhadora o desejo de lutar por objetivos maiores e essa vontade coletiva provocaria uma crise institucional que redirecionaria o aparato estatal em favor da mudança do modelo econômico. Isso só seria possível, de acordo com o movimento, num momento de grande mobilização social, onde trabalhadores do campo e da cidade estivessem unidos em torno de um mesmo ideal: a construção de uma sociedade verdadeiramente emancipada.

Palavras chave: MST, reforma agrária, propriedade privada e socialismo

Introdução

Nos últimos anos, o debate da esquerda latino-americana em torno do socialismo tem sido permeado por várias compreensões, sendo a mais comum delas aquela que associa o socialismo à falta de liberdade e democracia¹

Essa concepção, com claras referências às experiências desenvolvidas em países do leste europeu e à revolução bolchevique, traz intrínseca a idéia de socialismo contrário à liberdade, entendida pelo senso comum como sinônimo de livre iniciativa, ou de respeito ao

* Doutoranda em Serviço Social pela UERJ e professora da Faculdade de Serviço Social da UFAL.
elainnenunesfernandes@gmail.com

* Doutora em Serviço Social pela PUC/RS e professora da Faculdade de Serviço Social da UFAL.
wanda.hirai@gmail.com

¹ Essa discussão sobre liberdade e democracia é extremamente complexa não sendo nosso interesse aprofundá-la neste momento. Para uma contribuição efetiva sobre essa questão sugerimos consultar: "Democracia ou Liberdade" de Ivo Tonet, publicado pela Edufal em 1997.

Estado de direito, onde todos os indivíduos seriam 'iguais' perante a lei. A solução para evitar que se repita o desastroso fim do socialismo russo na concepção da esquerda, seria a defesa árdua e incansável da democracia: "[...] Deste modo, a esquerda moderna sempre que adota a expressão socialismo, demarca que se trata de um 'socialismo democrático' em oposição às formas de 'socialismo autoritário' objetivadas pelo mundo (NASCIMENTO, 2003,p.14) .

Sem entrar no mérito dessa questão, entendemos que essa compreensão parte da idéia de que o socialismo, em sua forma plena, teria existido na Rússia, não tendo êxito, entre outras razões, pela falta de democracia e liberdade conforme dissemos à pouco. O que implicaria numa aparente reformulação dos ideais socialistas ou num aperfeiçoamento constante do modo de produção atual já que o modelo defendido por Marx não teria dado certo.

Essa forma de pensar a questão não é porém, compartilhada por toda esquerda indistintamente, para as organizações combativas como o MST, o socialismo é entendido como a sociedade ideal a ser construída ainda dentro das amarras do modo de produção vigente.

Por vezes, o discurso dessa organização aborda essa temática relacionando-a diretamente com o tipo de reforma agrária que defende para o Brasil entendendo esta como a fase de organização e acúmulo de forças para a conquista da sociedade revolucionária.

Neste artigo nos propomos a trazer alguns elementos para estudar a relação do projeto de reforma agrária defendido pelo MST e a sociedade socialista².

O interesse pelo tema surgiu a partir de estudos feitos sobre a compreensão de socialismo do MST por ocasião da dissertação de mestrado intitulada: "A concepção de socialismo do MST" defendida em dezembro de 2008 pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

Na ocasião, constatou-se que o projeto revolucionário defendido pelo movimento, que teria sua primeira fase no que o MST chamou de projeto popular, ou reforma agrária popular, tem sua base teórica ideológica centrada no marxismo defendido por Lênin, ³embora não seja essa a única influência que o movimento recebe⁴.

² Aqui nos referimos à compreensão do MST sobre o socialismo.

³ Importante esclarecer que esta afirmação não se refere ao que ficou conhecido como marxismo-leninismo, mas sim aos escritos de Lênin sobre a revolução Russa, com destaque para as obras: Que fazer?, Dois passos para frente dois para trás, Duas táticas da social democracia e o Estado e a Revolução

⁴ Também há forte identificação com a produção de Ernesto Che Guevara

É também explícita a referência à revolução russa como o caminho revolucionário a ser seguido para atingir a sociedade socialista. A começar pela reforma agrária operada naquele país durante a revolução

Lá a aliança que existiu foi entre um incipiente proletariado urbano e um campesinato rural remanescente dos servos da gleba do período feudal. Esse conjunto de trabalhadores, formado basicamente de agricultores familiares tinha assumido dívidas altíssimas para usufruir o direito de continuar trabalhando nas terras. Assim, a primeira e principal providência da revolução russa foi eliminar essas dívidas e modificar o caráter da propriedade privada naquele país.

Apesar da forte identificação com o modelo de reforma empreendido na Rússia, a proposta de reforma agrária defendida pelo MST não se assemelha a que foi realizada naquele país. A defesa do movimento é por um modelo que ele intitula de reforma agrária popular. Nas palavras de Stédile (2005,p.12)

[...] Temos que construir um projeto de reforma agrária que seja coadunado com um projeto popular de desenvolvimento nacional. Nessa construção é que nos demos conta de que a reforma agrária, mesmo feita nos limites do capitalismo, é inevitável se não mudarmos o modelo econômico para um modelo que distribua a renda, que priorize o mercado interno, ou seja, que enfrente o imperialismo. A reforma agrária no Brasil não é viável se não for parte de um projeto antineoliberal ou antimperialista

Na avaliação do movimento, o que ocorre hoje não é uma política de reforma agrária⁵ tal como o governo brasileiro procura amplamente divulgar, e sim uma política de assentamentos⁶ que não altera a estrutura fundiária. Responde apenas a necessidades

⁵ O projeto de Celso Furtado, elaborado nos anos anteriores ao golpe militar é na avaliação de Stédile a melhor proposta apresentada até hoje. " Ele preparou um projeto, durante o governo Goulart, que para a sua época e até hoje, teria revolucionado o campo e a sociedade brasileira. Ele recuperou as ideias da CEPAL (Comissão Econômica para a América latina e o Caribe), de implementar políticas de distribuição de renda, para gerar mercado interno para a industria nacional,e assim faríamos uma industrialização voltada para as massas brasileiras. E nisso a reforma agrária teria um peso fundamental, pois 75% da população pobre vivia no campo, sem renda. Com essa concepção para um novo projeto de desenvolvimento nacional, sua proposta de reforma agrária, estabelecia a propriedade máxima de até 500 hectares. Todas as fazendas acima disso seriam desapropriadas. Mas não em todo país, apenas ao longo dos 10 quilômetros cada lado das rodovias federais. Assim, ele imagina que os camponeses teriam mais condições de acesso fácil para escoar seus produtos ao mercado consumidor das cidades. E no sentido inverso, seria mais fácil levar luz elétrica a todos os assentamentos e atrás da luz elétrica, a geladeira, a televisão e os bens da industria nacional. (2010,p.4) O referido projeto foi abortado pelo Golpe militar que mergulhou o país em mais de 20 anos de ditadura.

⁶ Em artigo recente publicado na revista Caros Amigos, Stédile (2012) afirma que 2012 foi um dos piores anos para a reforma agrária, tendo sido assentadas menos de 12 mil famílias, o que daria uma média de 500 famílias por estado no ano

imediatas e assistencialistas provocadas, na maior parte das vezes, por movimentos sociais, conforme Stédile (2000, p.158) afirma:

[...] Ora fazer assentamento de algumas famílias, o que podem se milhares, não significa que se está afetando toda estrutura da propriedade da terra se ela não for massiva e rápida. Assim, o que existe no Brasil atualmente é uma política de assentamentos sociais, em que o governo federal e às vezes até os governos estaduais, premidos pelos movimentos sociais, e para evitar que os conflitos de terra se transformem em conflitos políticos, resolvem conseguir algumas áreas, seja de terras públicas, seja negociadas, seja desapropriadas, e assentar famílias. Essa é uma política de assistência social, apenas para se livrar do problema dos sem-terra e não para resolver o problema da concentração da propriedade da terra no Brasil [...]

Por sua vez, a proposta de reforma agrária defendida pelo MST, visa não só alterar a concentração da propriedade da terra como também proporcionar acesso por parte dos trabalhadores rurais aos outros meios de produção, como insumos agrícolas, agroindústrias, entre outros.

Essas mudanças, embora ocorressem ainda no sistema capitalista, não seriam calcadas apenas na monocultura de exportação, assumindo outros contornos, tais como o incentivo a outras formas de produção.

A agricultura familiar seria impulsionada e um novo modelo de produzir coletivamente também seria estimulado pelo governo, através de cooperativas e outras formas de trabalho coletivo. Um novo modelo tecnológico de produção baseado na agroecologia também seria difundido, evitando a dependência de insumos industriais e dos agrotóxicos. De acordo com Sampaio (2003, p.49).

Precisa-se substituir o modelo tecnológico da Revolução Verde pelo modelo tecnológico da Agricultura Ecológica, baseado nos princípios da agroecologia, restaurador e conservador da fertilidade natural do solo, poupador de energia, produtor de alimentos limpos e saudáveis, utilizando mecanização leve e adaptada à nossa realidade, policultivos, diversificação de culturas e criações, controle biológico de pragas e maior utilização de mão-de-obra. Nesse modelo os agricultores controlam sua produção e a tecnologia é deles. Este modelo tecnológico é perfeitamente adaptável à Agricultura Camponesa, desde que superado o isolamento e o individualismo. É este o modelo tecnológico da agricultura do futuro

Para o Movimento, a terra é tida como um bem da natureza, por isso seu acesso deve ser democratizado, dando oportunidade para que todos indistintamente possam usufruir de sua

riqueza. Sendo assim, a concentração deve ser evitada para que se cumpra sua função social. Segundo o MST (2001,p.31)

É necessário, nesse processo de mudanças, estabelecer um limite máximo para o tamanho de cada propriedade de terra agricultável, como condição indispensável para que a terra cumpra sua função social e evite-se, dessa maneira, a crescente concentração da terra e da riqueza no campo[...]

Ainda de acordo com o MST (1995, p. 20)

A realização dessas mudanças implica necessariamente que o Estado, com tudo o que representa de poder (executivo, legislativo, judiciário, segurança e poder econômico) seja o instrumento fundamental de implementação das propostas [...] Deverá haver um novo nível de colaboração e complementaridade entre os governos federal, estaduais e municipais.

Seria ainda um Estado de Direito, mas com posicionamento em favor da classe trabalhadora, pois buscaria o bem comum. É por meio desse Estado que aconteceriam as mudanças necessárias para possibilitar o projeto popular uma vez que seriam adotadas políticas públicas que democratizassem a terra e os meios de produção, pois, de acordo com o MST (Sampaio, 2003, p.27)

Nenhuma dessas conseqüências, econômicas e socialmente indesejáveis, pode ser eliminada sem que o Estado intervenha diretamente na desconcentração da propriedade da terra, pois as relações econômicas, sociais, políticas e culturais que decorrem da estrutura agrária e condicionam o comportamento dos produtores e da população do campo são fortemente influenciadas pela forma como se distribui a propriedade da terra, e a forma como esta se distribui é o que determina a estrutura

No entendimento do MST, o Estado não apenas fortalece a concentração da propriedade da terra, mas também cria as possibilidades para que ela continue acontecendo. Isto tudo evidencia a importância que o Estado tem para a burguesia brasileira e, da mesma forma, o papel fundamental que tem a desempenhar para que de fato a reforma agrária aconteça.

Ainda segundo o MST, a reforma agrária popular proporcionaria aos indivíduos o desejo de lutar por objetivos maiores que a conquista da terra e, juntamente com outros segmentos da classe trabalhadora, forçar uma crise institucional para, assim, redirecionar o aparato estatal em favor da mudança do modelo econômico.

Para Bogo (2002, p.51) a grande conquista neste caso para o MST “[...] Estaria em se, no agrupar comunidades sobre as terras improdutivas, a consciência evoluísse, para que esses indivíduos se dedicassem a lutar por objetivos maiores do que a conquista imediata.” Assim,

[...] a luta pela terra se transformaria numa luta pela reforma agrária. As ocupações e outras formas massivas de luta terra, vão educando as massas para a necessidade da tomada do poder e da implantação de um novo sistema econômico: o socialismo" (1989, p.10).

Diferentemente do que poderíamos supor, essa proposta de reforma agrária não visa eliminar a propriedade privada da terra. O que se propõe é que ela seja democratizada para que todos os trabalhadores tenham direito de usufruir dela, alterando os índices de concentração já apontados nesse texto.

Para tanto, o meio inicialmente encontrado foi a reivindicação por terras improdutivas, mas não só isso. Na compreensão do Movimento, seria necessário também que os trabalhadores tivessem acesso aos meios de produção e comercialização.

Mesmo não se propondo a acabar com a propriedade privada, a proposta de reforma agrária do MST encontra hoje diversos obstáculos para sua efetivação, visto que representaria uma ameaça aos elevados índices de concentração de terras e à hegemonia do agronegócio. De acordo com Stédile (2010,p.9)

Hoje, já que a burguesia industrial não quer fazer a reforma agrária clássica, os movimentos camponeses brasileiros consideram, que então precisamos lutar por uma reforma agrária popular. Um modelo baseado na agricultura diversificada (em vez de monocultivo); priorizando a produção de alimentos para o mercado interno e alimentos saudáveis, garantindo a soberania nacional no controle das sementes. Propondo a necessidade de instalar pequenas e médias agroindústrias em todos os municípios do Brasil, na forma de cooperativas. Além de universalizar o acesso á educação e, todos os níveis, para os trabalhadores do campo. Pois, para libertar as pessoas da opressão da humanidade, da humilhação e da exploração, o conhecimento e a educação são tão importantes quanto a educação.

O MST parece ter clareza das dificuldades de implantação do modelo de reforma agrária que defende, entretanto vê na defesa desse projeto popular, uma forma de avançar na construção do socialismo. Segundo Mauro (2010,p.3)

Esse ponto da reforma agrária popular é um processo em construção e elaboração. Mas a ideia em si é neste sentido, pois a correlação de forças impede uma reforma agrária socialista, ao mesmo tempo em que a reforma agrária clássica estaria superada. Dessa forma, é um período intermediário de construção de organicidade, de acúmulo de forças do movimento social. A ideia de uma reforma agrária popular vem no sentido de executá-la por conta própria, sem deixar, evidentemente, de questionar o Estado, fazer demandas e pressioná-lo à cumprir sua parte. Mas construindo por conta própria experiências de produção agroecológica, de educação, novas formas de

organização dos assentamentos em termos de participação política e organização do poder popular nos locais onde se constroem os assentados

Para tanto, é preciso reunir os trabalhadores da cidade e do campo em torno de um projeto societário que seja único, e nesse intuito fazer a autocrítica da ação política que a esquerda vem desenvolvendo (incluindo militantes e intelectuais). Somente assim será possível avançar na luta pela sociedade emancipada

À guisa de conclusão

Sabe-se que o momento atual é extremamente difícil para a esquerda brasileira. A expressão maior dessa dificuldade tem sido explicitada na perda de hegemonia em torno de um projeto de sociedade para além do capital

Diante deste cenário, urge resgatar o sentido de unidade na luta por uma sociedade que priorize os interesses dos trabalhadores em detrimento do lucro e da acumulação.

Para tanto, não basta apenas reunir os trabalhadores da cidade e do campo em torno de um projeto societário que pareça único, mas que esconda tão só a disputa dos grupos de esquerda pela hegemonia do pensamento revolucionário⁷. É necessário fazer antes de tudo a autocrítica da ação política que a esquerda vem desenvolvendo (incluindo militantes e intelectuais), considerando qual referencial teórico tem guiado a análise desses movimentos em torno do momento atual vivido pelo capital e de que forma esse referencial tem sido apropriado por aqueles que fazem a luta política no Brasil, seja na cidade ou no campo.

Somente de posse de uma teoria comprometida com o desvelamento da realidade, a esquerda brasileira estará instrumentalizada para intervir de forma eficaz na sociedade atual e assim, construir com o conjunto da classe trabalhadora as condições revolucionárias para que a sociedade emancipada deixe de ser apenas o desejo ou a utopia de alguns e se torne uma realidade.

Referências bibliográficas

BOGO, A. *O vigor da mística*. São Paulo, Caderno de Cultura, nº 2, MST, 2002.

⁷Realidade sempre presente no interior da esquerda brasileira

MST . 3º Encontro Nacional. *Nossas prioridades: organização da base, formação dos companheiros, articulação com a cidade, organização dos assentados*. São Paulo, 1987

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. *A Crise das cooperativas de produção*. Bahia , 25p. mimeio,1995

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. *Elementos para estratégia de desenvolvimento sustentável nos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil*, São Paulo, 10 p. mimeo, 2001

MAURO, Gilmar. *MST não será refém do próximo governo*. Disponível em <http://www.correiodadania.com.br> . Acesso em 28 de setembro de 2010

_____. *Lula não fez reforma agrária, mas somente política de assentamentos*. Disponível em <http://adrianonascimento.webnode.com.br>. Acesso em 8 de dezembro de 2010

NAKATANNI, Paulo et al. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.110 p. 213-240, abr./ jun. 2012.

SILVA, Luciana . *A trajetória do MST nos anos 2000: avanços e recuos na luta pela reforma agrária no Brasil*. Disponível In. www.estudosdotrabalho.org/texto/gt3/a_trajetoria_do_mst.pdf

STÉDILE, João Pedro. *A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil*. Setor de Formação, 2005.

_____. *Derrotar Serra é “ obrigação” dos movimentos sociais*. Disponível em www.viomundo.com.br Acesso em: 21 de agosto de 2010

_____. *A agenda da Classe Trabalhadora é a unidade da luta do campo e da cidade na construção de uma sociedade mais justa*. Disponível em portalctb.org.br/.../index.php?...a-agenda-da-classe-trabalhadora. Acesso em 29 de setembro de 2010

_____. *Governo Lula preferiu se aliar ao agronegócio*. Disponível em <http://adrianonascimento.webnode.com.br> . Acesso em 8 de dezembro de 2010

_____. *A unidade do campo popular*. In. *Caros Amigos*, n. 170, p.11, mai. 2011

_____. *O pior ano da reforma agrária*. In. *Caros Amigos*, n. 190,p.14, jan. 2013

SAMPAIO, P. A. As transformações necessárias. In: Ofm (org.). *Os novos desafios da agricultura camponesa*. [s/l], [s.n], 2003

SAMPAIO Jr. *Plínio Fatos e mitos dos governos progressistas no Brasil*. Disponível em <http://adrianonascimento.webnode.com.br>. Acesso em 25 de novembro de 2012

TONET, I; NASCIMENTO, A; *Descaminhos da Esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. Disponível em: <www.geocities.com/ivotonet> Acesso em: 02 out 2006.